

## Os itinerários migratórios do campesinato brasileiro na luta pela terra. O caso dos brasiguaios

ROBERTO CARLOS KLAUCK\*  
ANGELO APARECIDO PRIORI\*\*

### Introdução

Neste texto, analisaremos os principais motivos que teriam pressionado a saída dos chamados brasiguaios do Paraná, Estado que os havia acolhido até a década de 1960, e os fatores que os motivaram a adentrar em território paraguaio já nos anos 60, mas principalmente no decorrer da década de 1970. Para isso, utilizamo-nos de um material bibliográfico que já procuraram explicar as condicionantes da imigração brasileira no Paraguai. A essas referências ainda agregamos as análises feitas por entidades eclesiais envolvidas de alguma forma com essa população de camponeses.

Esse movimento de chegada ao Paraná e, posteriormente, de ida ao Paraguai, será analisado levando-se em conta a questão do acesso a terra. Nossa hipótese é a de que a trajetória dos chamados brasiguaios pode ser explicada a partir da luta pela terra. Inicialmente, de diversos estados do Brasil – em grande parte da região Nordeste, dos Estados de Minas Gerais, São Paulo, Rio Grande do Sul e de Santa Catarina – partiram para a conquista da terra nas regiões norte e oeste do Terceiro Planalto paranaense, notavelmente entre as décadas de 1930 a 1960. Posteriormente, não havendo mais a possibilidade de continuar no Paraná, uma boa parte dessa população seguiu rumo ao Paraguai em busca da sobrevivência e mesmo com a esperança de viver dias melhores naquele país.

Dos primeiros que emigram ainda na década de 1960, muitos chegaram a permanecer até três décadas naquele país. Entretanto, a partir de meados da década de 1980, o Paraguai já não dispunha mais o que lhes havia atraído para lá, o acesso a terra; restava-lhes, motivados pela promessa de reforma agrária da Nova República, buscar o

---

\* Mestrando em História pela Universidade Estadual de Maringá; linha de pesquisa *Política e Movimentos Sociais*. Bolsista da CAPES, período 04/2011 a 03/2012.

\*\* Professor PPH-DHI/UEM (Orientador).

caminho de volta e lutar pela terra junto ao Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST).

Consideramos importante a análise sobre as condições em que se deu o acesso a terra no Paraná por entendermos que a modernização da agricultura não foi o único fator que teria levado à expulsão dos pequenos agricultores do Estado a partir da década de 1960. Mesmo que ela tenha sido a causa mais importante, e isso dificilmente poderia ser contestado, a condição em que se deu o acesso a terra deve ser considerado: pois, de um lado, aquele agricultor que era proprietário foi atingido de um modo pelo processo modernizador; por outro, aqueles que eram arrendatários, meeiros, ou seja, que trabalhavam em terras que não lhes pertenciam, o impacto provavelmente deve ter sido distinto.

O resultado, não só nos auxiliará explicar por que uma parte significativa dessa população de trabalhadores seguiu rumo ao território paraguaio a partir da década de 1960, mas também dar-nos-á alguns elementos para compreendermos como os brasileiros conseguiram o acesso à terra lá no Paraguai.

### **As condições de acesso a terra no Paraná**

Entre as décadas, principalmente, de 1930 a 1960, as regiões norte e oeste do Estado do Paraná receberam dois fluxos migratórios, um vindo do norte e outra do sul. Nesses dois processos de colonização, houve a formação de uma quantidade significativa de pequenas propriedades, embora seja exagero falar em desenvolvimento de uma “democracia rural”, como queriam os geógrafos que escreveram sobre as “frentes pioneiras” no Paraná. Entretanto, a partir da década de 1960, sobretudo, 1970, a subsistência das pequenas propriedades que existiam no Paraná foram inviabilizadas.

O objetivo é compreender as causas que levaram à extinção de grande parte desses estabelecimentos familiares. De acordo com parte da bibliografia que já analisaram as condicionantes históricas da imigração brasileira no Paraguai, a “expulsão” dessas famílias estaria condicionada à lógica de adaptação ou não aos imperativos tecnológicos da modernização e à seletividade da política de concessão de créditos subsidiados.

Para Fiorentin (2010:14) e Albuquerque (2005), os *colonos* sulistas tiveram êxito no oeste, ou seja, grande parte dos mesmos conseguiram ao menos ascender à condição de pequenos proprietários. Contudo, com a modernização agrícola,

*[...] o agricultor familiar precisou se reorganizar frente a esta nova conjuntura onde as determinações do mercado e a racionalidade do lucro tornaram-se exigências a serem consideradas em todo o processo de produção. A agricultura de subsistência dá lugar a empresas familiares que não usam trabalho assalariado, mas se relacionam com o mercado, produzindo mercadorias.*

De fato, como no caso dos colonos sulistas, houve uma transformação no modo de organização social dessa população. Até então, (GREGORY, 2008:207)

*O colono euro-brasileiro se via e era visto como alguém que portava uma capacidade de trabalho vinculado a técnicas herdadas da tradição. Agora, pelo fato de a técnica moderna ser gestada em ambiente estranho a ele, exigia-se habilidades e capital não encontráveis no espaço colonial*

Ou seja, ou o pequeno agricultor se adaptava à nova racionalidade ou era forçado, por força da circunstância, a vender seu pequeno pedaço de terra àqueles que tiveram êxito na adaptação aos novos imperativos, usando os “pacotes” tecnológicos.

Por outro lado, para Silva (2007: 89 grifos do autor), a causa da expulsão de muitos pequenos proprietários deveu-se à questão da diferenciação socioeconômica no campo. E o impulsionador dessa diferenciação teria sido a política de concessão de créditos agrícolas dos Governos Militares.

*Em linhas gerais, o processo de modernização no campo impôs uma espécie de seletividade entre os pequenos agricultores, distinguindo aqueles mais aptos ao enfrentamento das condições impostas pelo mercado. Essa seletividade se deu em razão do grau de inserção de alguns produtores às exigências da agricultura de mercado e da produção de commodities e não pela capacidade de sobrevivência da agricultura mista aos ditames do capital monopolista.*

O crédito só era concedido para aqueles agricultores que possuíam uma quantidade mínima de terra e em condições de modernizar-se. Essa seletividade na concessão de créditos “[...] acirrou o processo de concentração dos imóveis rurais em unidades cada vez maiores, que potencialmente apresentavam melhores condições para a incorporação dos pacotes tecnológicos” (SILVA, 2007:92). Além disso, ao conceder o crédito, as instituições financeiras exigiam a hipoteca da terra, e não da produção como desejavam os pequenos agricultores; como resultado, ao não se alcançar o resultado da produção esperado, inúmeros agricultores perderam suas terras para os bancos (CEM, 1989).

No caso no Norte do Paraná, vale lembrar que nessa região parte da mão-de-obra das propriedades familiares buscavam renda complementar nas lavouras de café; contudo, com a política de erradicação dessa cultura, aquela população teve de voltar às

propriedades familiares, tendo como conseqüência o “empobrecimento destas explorações, assim como seu desmembramento” (SWAIN, 1998:32).

Assim, a “expulsão” do Paraná deu-se por uma combinação de fatores, tais como: o fracionamento das pequenas propriedades provocadas pela volta dos trabalhadores do café; a falta de crédito para financiar a produção de base familiar; e, a impossibilidade de competir com os grandes proprietários – que contavam com o apoio do Governo – no processo de modernização da agricultura brasileira, notavelmente na Região Sul do país.

De fato, a política agrícola dos anos de 1960 e 1970 elevou para níveis astronômicos o volume dos fluxos migratórios no Brasil. O que mais causou a “expulsão” dos trabalhadores do campo foi a cultura da soja (o chamado “complexo da soja” inclui, além da soja, as culturas do milho e do trigo), pois esta exigia menos mão-de-obra e porque sua produção se encaminhou para um ritmo acelerado de modernização, pela introdução de máquinas, fertilizantes e defensivos químicos.

### **A emigração para o Paraguai**

Como visto, o “sonho” do Paraná não durara por muito tempo. Em aproximadamente três décadas, a fronteira agrícola se fechou para o pequeno produtor, para o posseiro, ao mesmo tempo em que se abriu para o capital. O chamado “Eldorado” não se localizava mais por essas paragens do Paraná, a partir de então encontrava-se em outros recantos do país: o governo dizia que era na Região Amazônica; outros rumos davam conta de encontrar-se em um país chamado Paraguai, aonde haveria terras férteis e abundantes disponíveis.

Ao analisarmos as causas da expulsão dos trabalhadores que viviam no campo no Paraná, temos como principal preocupação demonstrar que, tanto na frente de colonização na região norte quanto no oeste do Terceiro Planalto Paranaense, uma parte expressiva dos migrantes que se deslocaram para essas regiões nunca conseguiram comprar terras.

Ao menos no que se refere ao caso dos agricultores brasileiros que foram ao Paraguai, parte significativa dessa população de camponeses nunca conseguiram o acesso a terra na condição de proprietários nas duas frentes de colonização ditas “modernas” no Paraná. Mesmo aqueles que conseguiram, o tamanho da propriedade

adquirida dificilmente ultrapassava as cinco hectares; ou seja, parece que foram poucos os colonos ou peões que conseguiram adquirir uma propriedade minimamente suficiente para a reprodução da família.

Talvez seria menos importante a comparação de quem conseguiu mas êxito no Paraná entre os nortistas e mineiros que acompanharam a rota do café no Norte do Paraná e os *colonos* sulistas no oeste, por outro, do fato de que nos dois grupos de migrantes é significativo o número daqueles que conseguiram o acesso a terra mediante a condição de arrendatários, trabalhadores de *empreitadas* ou como posseiros. A partir disso, por meio de alguns anos de trabalho, seguido de boas safras e preços, possivelmente dava para adquirir uma pequena propriedade de terra, tanto nas frentes de colonização no oeste como no norte do Paraná, mas vale lembrar que na maioria dos casos era insuficiente para a reprodução social da unidade de produção familiar.

Por si só, a quantidade de famílias que foram “forçadas” a deixar o Paraná, sobretudo na década de 1970, já é mais que suficiente para essa visão menos positiva do acesso a terra nas chamadas “frentes pioneiras” no Paraná.

Sobre as condições de acesso a terra nas frentes de colonização no norte e no oeste do Estado, concordamos com a análise de Sprandel (1992). Para essa autora, de modo geral, as famílias chegavam no Paraná buscando “[...] arrendamentos; posses; trabalho assalariado como *peão* ou como *bóia-fria*; passam por períodos de atividades tipicamente urbanas; trabalham provisoriamente em terras de parentes já estabelecidos; sempre objetivando o acesso a suas próprias terras.”, (SPRANDEL, 1992: 227-228).

Por outro lado, aqueles migrantes que possuíam um pequeno capital, proveniente de herança, dote, etc. é provável que tenham conseguido desde o início se instalar no Paraná em uma propriedade sua, com possibilidades razoáveis de progredir; do contrário, a aquisição de propriedades rurais dependeu de boas colheitas e de bons preços em terras arrendadas ou mesmo financiadas, e isso dificilmente acima das 10 ou 15 hectares.

Foi nessas condições que essa população teve de lutar pela sobrevivência no meio rural paranaense. O resultado inevitável foi a extinção de muitas pequenas propriedades já nos primeiros anos após a introdução do plantio da soja e cultura conexas (de trigo, milho, etc., chamadas de “safrinha” ou “entre safra”). É verdade que

nem todas as pequenas propriedades foram incorporadas as médias e aos grandes estabelecimentos rurais, mas não sem levar ao menos parte da família à migração.

A situação dos arrendatários foi ainda mais difícil do que a dos pequenos lavradores proprietários. O plantio mecanizado da soja passou a englobar todas as terras que anteriormente estavam disponíveis para os contratos de arrendamento. Assim, para os posseiros expulsos de suas terras pelas companhias colonizadoras, para os filhos das famílias pequeno proprietárias ou mesmo a família toda e para os arrendatários, a única saída para a sobrevivência era migração. Suas escolhas estavam restritas entre o assalariamento no campo ou na cidade ou a migração rumo às novas fronteiras agrícolas.

### **Experiência dos brasiguaios**

O caminho do Paraguai foi uma das alternativas possíveis dentre os locais “absorvedores” de mão de obra. Aquele camponês que havia colonizado o Terceiro Planalto Paranaense entre as décadas de 1930 e 1950, a partir de 1960 podia migrar para os centros urbanos, ou em direção à frente de expansão no “norte”, na verdade, só não possuíam o “direito de ficar”. Para uma parte expressiva desses camponeses, o trabalho assalariado na cidade nem o Norte do país eram vistos como uma boa opção para recomeçar a luta pela sobrevivência.

Para esses, a melhor escolha seria continuar a lutar numa nova terra de oportunidades chamada Paraguai. Efetivamente, a partir da década de 1960, aquele país oferecia o que no Brasil se negava cada dia mais, a disponibilidade de terras para o agricultor familiar produzir seus meios de subsistência e mesmo sonhar com uma vida melhor. Para os camponeses, isso só seria possível de ser alcançado mediante o acesso a um pedaço de chão.

No Paraguai, no início, de fato havia a disponibilidade de terra, que era a mata virgem para desflorestá-la e fazê-la produzir. O acesso a ela dava-se principalmente por meio da compra ou por arrendamento. Já no início da colonização, podia comprar terras no Paraguai, com exceção de fazendeiros e outros empresários, aqueles agricultores que podiam vender uma pequena propriedade no Brasil, adquirida até o fechamento da fronteira agrícola no caso do Paraná. Nesse Estado, com a política de erradicação do café, seguida pela modernização da agricultura, as pequenas propriedades, a partir de um certo momento, não garantiam mais a sobrevivência da família. O caminho era

vendê-la e tentar comprar uma propriedade maior em uma nova frente de expansão, onde as terras eram vendidas por preços menores.

No caso do Paraguai, as terras eram vendidas por companhias colonizadoras, grandes proprietários e por altos funcionários do governo paraguaio que haviam se usurpado de terras devolutas. Muitas vezes, esses agentes enviavam corretores ao Brasil para propagandear a venda de lotes no país vizinho. Muitos agricultores chegaram a comprar terras desses corretores ainda no Brasil, ou seja, sem ver o que estavam adquirindo.

Mas, a grande maioria dos imigrantes brasileiros no Paraguai não tinham capital para comprar terras naquele país, mesmo com toda a diferença no preço. Entretanto, nas décadas de 1960 e 1970 e, nas regiões mais afastadas da fronteira, até o início da década de 1990, esses agricultores que iam ao Paraguai apenas com algumas bolsas com roupas, objetos de cozinha e algumas ferramentas de trabalho, geralmente conseguiam dois, três alqueires para desmatar e plantar por até três anos sem pagar arrendamento.

Provavelmente, a forma mais comum de acesso a terra à grande parte dos brasileiros no Paraguai foi por meio do arrendamento. Essa população buscava o arrendamento pensando conseguir comprar seu próprio chão. Entretanto, depois de passados os primeiros anos de abertura das colônias, as terras se valorizavam, o que impedia os arrendatários de comprarem suas terras. Se conseguiam, era algumas hectares, por volta de dois, três alqueires, o que definitivamente não garantia a subsistência da família. Conforme confirma um documento dos brasiguaios (Carta ao MIRAD, 1986), a grande maioria só conseguiu a acesso a terra na condição de arrendatário.

#### *O acesso a terra dos brasileiros no Paraguai*

Conforme dito, as principais formas de acesso à terra dos brasileiros no Paraguai eram por meio do arrendamento, compra e posse, respectivamente. Quanto aos posseiros, uma reportagem da Folha de São Paulo, de 1979, estimara, até aquele ano, em 2 mil o número de famílias que haviam se apossado de algum pedaço de terra no Paraguai. Do total, pouco menos de mil estariam concentradas somente na região de General Dias, ligado ao núcleo de Piquiri, uma das primeiras regiões colonizadas por brasileiros; e, o restante estariam espalhados na fronteira com o Estado do Mato Grosso do Sul. (Folha, 22 de abr de 1979)

Esses posseiros teriam sido incentivados em ir ao Paraguai. Entretanto, logo que as terras estavam produzindo, começavam a aparecer os supostos proprietários. Diante disso, conforme depoimentos, esses posseiros teriam “consciência de que estão sendo utilizadas para limpar o terreno para empreendimentos futuros.” (Folha, 22 de abr de 1979). O caso de posseiro Agostinho Borget, chegado à região de General Dias no ano de 1967, parece ilustrar o fato:

*Fizemos as estradas, tiramos o mato, abrimos a terra. Depois apareceu o dono da terra, um tal de Humberto Vergueiro, que pediu um preço muito alto para vender. A gente não aceitou. Agora vem o pessoal do IBR e diz que desapropriou a terra, que a gente tem que pagar para eles. Mas eu não acredito. (Folha, 22 de abr de 1979)*

No caso dos arrendatários, estes conseguiram terras para arrendar apenas enquanto existia terrenos ainda não desflorestados. Muitos daqueles brasileiros que eram pequenos proprietários no Brasil, conseguiram comprar um pedaço de terra maior, em mata fechada, no Paraguai. Muitos deles, possivelmente para não arriscar muito com financiamentos na preparação dos terrenos, cediam parte dessas terras, na forma de arrendamento, à outros agricultores. No final do contrato, o proprietário recebia-as de volta pronta para o cultivo mecanizado e apto para comprar mais terras.

Além desses, mas com o mesmo propósito de limpar os terrenos sem custos, ainda haviam muitos fazendeiros igualmente brasileiros que também disponibilizavam terras para os contratos de arrendamento. Por isso, mesmo quem não conseguia comprar terras assim que chegava no Paraguai, e esse foi o caso de uma grande parte dos imigrantes brasileiros naquele país, sempre se conseguia dois, três alqueires para plantar por um período de até três anos sem pagar arrendamento (Folha, 22 de nov. de 1981). Dezenas de milhares de famílias migraram nessas condições, arrendavam terras no Paraguai confiantes de que poderiam comprar seu pedaço de chão mais tarde.

Entretanto, conforme as florestas iam para chão, as terras se valorizavam cada vez mais, de tal sorte que era muito difícil um arrendatário conseguir comprar terras no final de seu contrato. Poderia, no máximo, pagar as primeiras entradas de algumas hectares.

O arrendamento, segundo um depoimento dado por um imigrante, em 1984 (Pesquisa CEREP *apud* CEP, 1985: 124).

*Se toma 10 Has. y uno paga un porcentaje. Se paga un 20 por ciento durante 3 años y luego el trabajador entrega ya su tierra al dueño totalmente limpia y el trabajador se va y busca otro terreno bajo este mismo sistema, así hay*

*mucha gente que trabaja en el Brasil. Este sistema no es tan bueno para progresar ya que al empezar a trabajar el dueño de la tierra le da provistas y cuando llega el fin de año y se hacen las cuentas resulta que el patrón ya había entregado todo a cuenta al ocupante, y no le sobra nada al trabajador, ese es el problema. Por supuesto que es mejor si uno posee un poco de tierra propia.*

Esse entrevistado teria saído da localidade de Londrina (Brasil) com destino à Itakyry, no Paraguai. Ali teria permanecido por 4 anos, mas depois se mudado para Campo Limpio, onde ficara 2 anos, até chegar em Minga Porá. Segundo os autores da pesquisa (CEP, 1985, p. 124), esses deslocamentos possivelmente teriam obedecidos a duração dos contratos de arrendamento, sendo que os locais escolhidos para migrar ofereciam terras para novos contratos.

Alguns anos antes, em 1979, os arrendatários Júlio Félix Danileschi e Santos Gonçalves deram depoimento sobre seus itinerários ao repórter Luis Padovani (Folha, 22 de abr. de 1979). Aquele era arrendatário de Palotina (PR), quando, em 1974, teria migrado para o Paraguai, onde estaria cultivando 11 alqueires. O motivo da ida ao Paraguai seria a oportunidade de acesso à terra que aquele país oferecia. “No Brasil não dá mais pra viver. O dono da terra exige cada vez mais, a família vai crescendo. Eu bem que queria comprar terra no Brasil, mas pobre lá não consegue nada. Então eu vim pra cá” (Folha, 22 de abr. de 1979).

O segundo afirmara ter sido arrendatário em Marechal Cândido Rondon, e, no Paraguai, estaria cultivando um lote de 2 alqueires pelo mesmo sistema. A justificava para a migração é parecida com a dada por Danileschi. “É que lá no Brasil a gente perdeu o lugar na terra porque o dono mecanizou tudo. Aqui, pelo menos, a gente tem um pedaço pra trabalhar, ainda que tenha que dar metade para o dono. Mas tá melhor que lá.” (Folha, 22 de abr de 1979)

Os dois arrendatários citados acima, antes de emigrar ao Paraguai, residiam no oeste do Paraná. E, a decisão de partir do Brasil partira da necessidade de encontrar terras para cultivar, já que os contratos de arrendamento no Paraná não eram mais renovados devido ao cultivo mecanizado. No norte do Paraná, a erradicação dos cafezais foi acompanhada pela mecanização do cultivo das novas culturas introduzidas, tendo como consequência a extinção das terras disponíveis para os arrendamentos ou parcerias que também eram praticados na região.

Pelo visto, grande parte dos brasileiros no Paraguai, tanto no que tange àquela população de ascendência “nortista” como “sulista”, não tinham nenhuma propriedade

no Paraná e nem conseguiram comprar terras no Paraguai. E, se considerarmos, como “sonho” não realizado, aquelas famílias que conseguiram, após anos de trabalho, adquirir uma área menor do que cinco alqueires, a quantidade de colonos brasileiros “desiludidos” com a ida ao Paraguai aumentaria significativamente.

Para analisar essa questão do acesso a terra no Paraguai em números, temos poucos, e possivelmente limitados, dados. A única referência encontrada é referente a uma pesquisa feita pelo *Centro de Estudios Rurales y Evaluación de Proyectos (CEREP)*, à pedido da Conferência Episcopal Paraguaia (CEP) e custeada pela *Inter American Foundation (IAF)*. Nesse estudo, o CEREP entrevistara, no ano de 1984, 29 imigrantes brasileiros residentes nas localidades de T. R. Pereira (Itapúa), San Sebastián (Canindeyú) e General Díaz (Alto Paraná). Além dessa pesquisa, o CEREP também citara dados de outra pesquisa, que havia sido realizada pela ALPAR, em 1979.

O levantamento da ALPAR (CEP, 1985) foi realizado com 702 imigrantes brasileiros chefes de família, residentes no Departamento de Alto Paraná. Uma das enquetes da pesquisa foi a comparação sobre a disponibilidade de terras nesse departamento em relação ao lugar de origem (no Brasil), feito entre aqueles imigrantes chegados no período de 1967 a 1979. Os dados obtidos foram: 47% dos imigrantes eram trabalhadores assalariados no Brasil, e, desses, 36% permaneciam sem o acesso a terra no departamento de Alto Paraná; 40% possuíam menos de 20 hectares no lugar de origem, e, 29% continuaram com menos de 20 hectares; e, dos 13% dos imigrantes que tinham 20 ou mais hectares no Brasil, sobem para 35% no Paraguai.

Disponibilidade de terra	No lugar de origem	No Departamento de Alto Paraná
Assalariados no campo	47	36
Menos de 20 ha	40	29
20 ou mais ha	13	35
Total	100	100

Tabela 1: Disponibilidade de terra no Brasil e no Paraguai.  
Fonte: Pesquisa ALPAR, 1979 (*apud* CEP, 1985: 117)

Fundamentalmente, os dados revelam que quase a metade dos imigrantes brasileiros entrevistados não eram proprietários de terras no Brasil, e, uma boa parte deles continuou não sendo naquele país. Por outro lado, de acordo com a pesquisa, cerca de 10%, no Paraguai, teriam conseguido acesso a um pedaço de terra pela primeira vez.

Outro apontamento a ser feito é o número daqueles que eram proprietários de menos de 20 hectares no Brasil, que lá conseguiram aumentar a área de terra disponível, reflexo da diferença no preço praticados nos dois países.

Ainda com informações do levantamento da ALPAR, de um total de 1.856 pessoas, com idade entre 30 e 49 anos, a grande maioria teria declarado trabalhar por “conta própria”. Entretanto, uma quantidade significativa desses imigrantes combinam o trabalho assalariado com o empreendimento “por conta própria” na sua parcela de terra ou arrendada.

Tipos de Lar	Tipos de ocupação							
	Conta Própria		Patrão		Assalariado		Total	
	Quat.	%	Quat.	%	Quat.	%	Quat.	%
Unipessoal	1	25	-	-	3	75	4	100
Nuclear	1.179	75	14	0,9	380	24,1	1.573	100
Estendido	128	64,6	-	-	70	35,4	198	100
Composto	73	90,1	-	-	8	9,9	81	100
<b>Total</b>	<b>1.381</b>	<b>74,4</b>	<b>14</b>	<b>0,8</b>	<b>461</b>	<b>24,8</b>	<b>1.856</b>	<b>100</b>

Tabela 2: Departamento de Alto Paraná: Tipos de residência e categorias de ocupação, com idades entre 30 e 49 anos e resistência rural.

Fonte: Dados da pesquisa ALPAR, de 1979. (*apud* CEP, 1985: 86)

Na pesquisa do CEREP, de 1984 (CEP, 1985, p. 84), o número de imigrantes que, paralelamente ao trabalho por conta própria, realizavam trabalhos remunerados é significativamente maior do que os dados da pesquisa ALPAR, 58% teriam declarado trabalhar “fora”, e, por outro lado, 42% somente por “conta própria”.

Considerando que na pesquisa CEREP apenas 7% dos imigrantes não teriam nenhum tipo de acesso a terra, portanto os agricultores tinham que combinar o trabalho “por conta próprio” na sua parcela de terra, seja comprada ou arrendada, com o trabalho remunerado fora. Isso possivelmente sugere que mais da metade os imigrantes brasileiros no Paraguai cultivavam apenas pequenas “roças”, que não garantia totalmente nem a subsistência da família, quanto mais comprar novas terras para aumentar o tamanho, no caso daqueles que haviam conseguido comprar apenas um pequeno lote.

Forma de acesso a terra	Porcentagem
Proprietários	31
Ocupante de terra Fiscal	17
Ocupante de terra particular	45
Não tem acesso a terra	7
<b>Total</b>	<b>100</b>

Tabela 3: Formas de acesso a terra dos imigrantes brasileiros.

Fonte: Pesquisa CEREP, 1984. (Adaptado *apud* CEP, 1985: 163).

Como temos destacado, o número de agricultores ocupantes de terras particulares, ou seja, arrendatários, somam-se quase a metade dos agricultores brasileiros considerados pela pesquisa. Se somarmos essa população com aqueles ocupantes de terras fiscais, os posseiros, ai mais de 60% das 29 famílias teriam o seu futuro incerto no Paraguai. Incerto, porque assim que as terras estivessem limpas e mecanizadas, os arrendatários não teriam mais acesso a elas.

Portanto, apenas 31% teriam conseguido comprar seu pedaço de terra e, aparentemente, teriam um melhor futuro. Entretanto, em um país aonde a lei, muitas vezes, era relativizado de acordo com as convicções do comissário (delegado) e demais autoridades paraguaias locais, muitos desses agricultores tiveram dificuldades de conseguir as escrituras das terras.

Como dissemos, os dados são limitados, mas, se levarmos em conta que muitos brasileiros no Paraguai começaram a retornar desde o início da década de 1980 e que ainda continuam retornando (basta acompanhar na imprensa a quantidade de brasiguaios acampados nos Estados do Mato Grosso do Sul e Paraná), não dá para dizer que a grande maioria dos brasileiros tiveram êxito no empreendimento realizado no Paraguai.

Possivelmente deve existir diversos casos de colonos que, de pequenos proprietários no Brasil, tiveram êxito no Paraguai, conseguindo se tornar agricultores bem sucedidos economicamente. Entretanto, a maior parte daqueles que eram pequenos proprietários no Brasil não conseguiram ficar “ricos” no Paraguai como lhes fora prometido. E, entre os colonos que já eram “sem terra” no Brasil, certamente são raros aqueles que conseguiram “se dar bem” no país vizinho.

Ao que parece, para uma boa parte dos imigrantes, a ida ao Paraguai teria sido “[...] uma busca de solução que aos poucos foi se transformando em pesadelo” (Carta ao MIRAD, 1 de abr. de 1986). Enquanto havia matas fechadas, havia a disponibilidade de terras “[...] para abrir e fazê-la produzir” (idem).

*Abrimos, destocamos, produzimos nas terras, abrimos estradas, construímos escolas, cadeias públicas, postos policiais, postos fiscais, formamos vilas e povoados, enfim, desbravamos a terra às custas de muitos sacrifícios e humilhações. Quando chegamos, poucos conseguiram comprar um pedaço de terra do IBR, a colonizadora oficial do Paraguai. À maioria se empregou como diaristas nas grandes propriedades de empresários e fazendeiros brasileiros em cultivos provisórios, através de concessão de pequenas áreas de terras para posterior plantio de capim, ou soja e como arrendatários. (Carta ao MIRAD, 1 de abr. de 1986)*

Na verdade, a ida desses brasileiros no Paraguai constituiu uma verdadeira exportação do problema agrário brasileiro. O incentivo dado pelos governos militares brasileiros à modernização da agricultura e as supostas facilidades que teriam no Paraguai levou centenas de milhares de agricultores para dentro do país vizinho. Entretanto, depois que as terras ficaram limpas, sobraria para a Nova República resolver o problema de acesso à terra para essa população de camponeses.

### **Desilusão e retorno ao Brasil**

O termo “brasiguaios” veio à tona em junho de 1985. Na madrugada do dia 14 de junho daquele ano, as primeiras famílias de brasileiros “desiludidos” no Paraguai deixaram esse país com destino a Mundo Novo, um município do Estado do Mato Grosso do Sul que distava cerca de 15 quilômetros da fronteira internacional.

Em um terreno vazio, ao lado da Prefeitura, os brasiguaios montaram o acampamento. Muitas dessas famílias já haviam tentado retornar no ano anterior. Na ocasião, haviam ocupado uma fazenda de nome Santa Idalina, no município de Ivinhema – MS, onde logo em seguida foram despejados e obrigados a retornar ao Paraguai.

Diante do fracasso da luta, organizaram o retorno no ano seguinte, em 1985, com uma nova estratégia. Combinaram de retornar de forma organizada e montar o acampamento da noite para o dia no coração de Mundo Novo, onde irão passar a ser conhecidos como brasiguaios. Depois da notícia de Mundo Novo, mais brasiguaios retornaram e montaram acampamentos nos municípios de Sete Quedas (MS) e Eldorado (MS).

Surpreendido com a quantidade de brasiguaios que retornavam a cada dia do país vizinho, o governador do Mato Grosso do Sul e o ditador paraguaio, Alfredo Stroessner, fecharam, a partir de 1986, a fronteira dos dois países. Entretanto, mesmo proibidos de sair do Paraguai e de entrar no Brasil, os brasiguaios continuaram a

voltar, mas agora de forma individual, para se aglomerar nos acampamentos organizados pelo MST, junto com os demais sem terra do Brasil. Este processo ainda não terminou, ainda hoje, orientados pelo MST, centenas de famílias retornam todos os anos para lutar pela terra na mãe pátria.

O movimento de retorno organizado dos brasiguaios começou em 1985, em parte embalado pela promessa de reforma agrária da Nova República, em outra, devido ao término de muitos contratos de arrendamento e a intensificação do processo de mecanização da produção agrícola no Paraguai a partir do início da década de 1980.

Entretanto, muitos agricultores tiveram inúmeros problemas assim que chegavam no Paraguai ou durante o processo de limpeza dos terrenos. Os principais problemas enfrentados pelos agricultores brasileiros no Paraguai foram com as escrituras das terras, com a exigência de documentos de imigrantes e com a venda das safras.

Em 1975, um jornal do sul do Brasil já noticiara a situação precária que muitos brasileiros viviam no Paraguai, principalmente com as irregularidades nos processos de venda de terras.

*[...] em geral desiludidos com as possibilidades de viver no seu país de origem, essas milhares de pessoas, procedentes do Mato Grosso e do interior do Paraná, desinformadas da realidade política agrária do Paraguai, estão empregando todas as suas economias para adquirir terras naquele país e para custear sua morada, alimentação e implementos agrícolas. Contrariam vultuosas dívidas e estão agora escravizados e impossibilitados de voltar ao Brasil, mesmo porque sua vida na região da fronteira é totalmente controlada. (ZERO HORA, 12/06/1975 apud Sprandel, 1990: 64).*

Em razão de ter sofrido algum desses problemas, muitos agricultores brasileiros já haviam retornado do Paraguai antes de 1984. No núcleo de Santa Teresa, onde os imigrantes tiveram muitos problemas com as escrituras, à altura do ano de 1979, segundo o Pe. Benjamin (Folha, 22 de abr. de 1979), de um total de 1.500 famílias, cerca de um terço já haviam partido e, outras 500 iriam embora no curto prazo.

Para entendermos o tamanho da frustração de muitos brasileiros no Paraguai, citamos as palavras do colono José Raimundo, que fez um balanço de seus nove anos de luta na colônia de Mbaracayu. "O único lucro que eu tive aqui foi sarar do reumatismo. Essa terra é muito boa e barata, mas não tem documento. Assim, o banco não financia a lavoura. Só a poder (sic) de enxada, o pobre não vence em lugar nenhum". Em seguida conclui. "Tudo foi ilusão. Agora eu só quero vender meus cinco alqueires e voltar para morrer em Colatina." [não seria Palotina?]. (Folha, 22 de nov. de 1981).

Para esses milhares de “desiludidos”, restara o desejo de voltar à terra natal para terminar seus dias ou, em outros casos, a esperança de acesso à terra seria renovada nos acampamentos de sem terra espalhados nos estados do Paraná e Mato Grosso do Sul.

### **Conclusão**

Acreditamos que, tanto na frente de colonização na região norte quanto no oeste, uma parte expressiva dos migrantes que se deslocaram para essas regiões do Paraná nunca conseguiram comprar terras. Isso ao menos no que se refere ao caso dos brasiguaios, parte significativa dessa população de camponeses nunca conseguiu o acesso a terra na condição de proprietários nas duas frentes de colonização ditas “modernas” no Paraná.

No Paraguai não foi diferente, dos imigrantes brasileiros que não eram proprietários de terras no Brasil, uma boa parte deles continuou não sendo no Paraguai. Para essa população, a migração para o país vizinho se dava pela disponibilidade de terras para os contratos de arrendamento, na expectativa de conseguir comprar alguns hectares através dos recursos auferidos com os arrendamentos. Contudo, a grande maioria viu suas expectativas serem frustradas, tanto que, ao completar-se o processo de abertura dos terrenos, acabaram-se as terras disponíveis para a prática do arrendamento, o que obrigou muitos imigrantes a iniciar um novo processo migratório, agora com sinais invertidos, de retorno ao Brasil.

### **Referências**

ALBUQUERQUE, José Lindomar C. **Fronteiras em movimento e identidades nacionais: a imigração brasileira no Paraguai**. Fortaleza, 2005. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal do Ceará.

AMANCIO, S. M. **Ontem, luta pela terra; hoje, monumento histórico: a Revolta dos Posseiros no Sudoeste do Paraná em suas variadas versões**. Maringá: 2009. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Estadual de Maringá.

CARTA À POPULAÇÃO. Documento assinado pelos “Brasiguaios acampados em Mundo Novo”. Mundo Novo, 21/06/85. 1 p.

CARTA AO MIRAD. Correspondência ao Senhor Ministro, assinada pela Comissão dos Assentados da Gleba Novo Horizonte. Gleba Novo Horizonte, 01/04/86.

CENTRO DE ESTUDOS MIGRATÓRIOS. **Cadernos de Migração**. Brasiguaios. São Paulo: Agen, 1989.

CENTRO DE ESTUDOS MIGRATÓRIOS DE SÃO PAULO. **Migrações no Brasil: o peregrinar de um povo sem terra.** [elaborado por Marilda Aparecida Menezes, Alfredo José Gonçalves]. São Paulo: Paulinas, 1986.

CONFERENCIA EPISCOPAL PARAGUAYA. **El fenómeno migratorio en el Paraguay.** Asunción: Cuadernos de Pastoral Social, 1985.

FERRARI, Carlos Alberto. **Dinâmica territorial na(s) fronteira(s): um estudo sobre a expansão do agronegócio e a exploração dos brasiguaios no norte do Departamento de Alto Paraná – Paraguai.** Dissertação de Mestrado em Geografia, UFGD, Dourados, 2009

FIORENTIN, Marta Izabel. **A experiência da imigração de agricultores brasileiros no Paraguai (1970-2010).** Dissertação de Mestrado (História). Curitiba: UFPR, 2010. 112 f.

FOLHA DE SÃO PAULO, 22 de abril de 1979.

\_\_\_\_\_. 22 de novembro de 1981.

GREGORY, Valdir. **Os eurobrasileiros e o espaço colonial : migrações no Oeste do Paraná (1940-1970).** Cascavel : Edunioeste, 2002.

MARTINS, J. S. **Expropriação & Violência.** A questão política no campo. São Paulo: Hucitec, 1980.

OLIVEIRA, A. H. A longa marcha do campesinato brasileiro. Movimentos Sociais, conflitos e Reforma Agrária. **Estudos Avançados:** n. 15, v. 46, 2001.

SILVA, H. M. **Fronteiriros:** As condicionantes históricas de ocupação e colonização do oriente paraguaio. A região de Katueté, no Departamento de Canindeyú – 1970 – 2000. Florianópolis, 2007. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Santa Catarina.

SILVA, José Graziano. In: CENTRO DE ESTUDOS MIGRATÓRIOS DE SÃO PAULO. **O vaivém da sobrevivência.** São Paulo: Ed. Paulinas, 1983.

SPRANDEL, M. A. **Brasiguaios:** conflito e identidade em fronteiras internacionais. Rio de Janeiro, 1992. Dissertação (Mestrado), Universidade Federal do Rio de Janeiro, Museu Nacional, Programa de Pós - Graduação em Antropologia Social.

ZAAR, Miriam Hermi. A migração rural no oeste paranaense/Brasil: a trajetória dos “brasiguaios”. **Scripta Nova,** Barcelona, 2001, n.94.

SWAIN, T. N. Fronteiras do Paraná: da colonização à migração. In: AUBERTIN, C. et al. **Fronteiras.** Brasília: Editona UnB; Paris: ORSTOM, 1998.